Partido
Socialista
dos Trabalhadores
Unificado

Ano IV nº 71
4/3/99 a 17/3/99
Contribuição R$ 1,00

BOTAR O BLOCO NA RUA

FORA FHC E O FMI! MORATÓRIA JÁ!

FORA FHC E O FMI! PSTU REGIONAL ABC

GALO DE OURO

JORNADA DE LUTA PREVÊ ATOS EM 8 DE MARÇO E GRANDE DIA NACIONAL DE MANIFESTAÇÕES EM 26 DE MARÇO

Governadores do PT se submetem a FHC. Pág. 3

Esquerda socialista convoca encontro dia 14. Pág. 4

Cartilha neoliberal leva estados à falência. Págs. 5,6 e 7

8 DE MARÇO: MULHERES ESTÃO NA LUTA CONTRA FHC

ESPAÇO ABERTO

Tribunal da Dívida Externa. Estimados companheiros. Solicitamos a divulgação do Tribunal da Dívida Externa, a ser realizado no final de abril, no Rio, promovido pelo MST, CNBB, CMP e outros. Segue abaixo a convocatória.

Uma grande aliança começa a se formar para questionar os aspectos políticos, financeiros e éticos do pagamento dos débitos assumidos pelo governo brasileiro. A realização do Tribunal da Dívida Externa, nos dias 26, 27 e 28 de abril, no Rio de Janeiro, será um marco importante nesta direção.

Por alguns anos, a identificação da dívida externa como fator da miséria de milhões de brasileiros deixou de ser feita. O ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, chegou mesmo a assegurar que "o problema da dívida está resolvido".

No entanto, após a quebra do real em 12 de janeiro último e do pesadíssimo ajuste fiscal imposto pelo governo FMI/FHC aos brasileiros, percebe-se que esta questão está longe de ser equacionada. Enquanto máquinas param, empregos desaparecem e a miséria e a exclusão aumentam sob a alegada "falta de verbas", o pagamento dos juros e amortizações aos credores são honrados pontualmente.

No plano internacional, a revisão radical desta conta tem ganhado fortes adeptos. O próprio Papa João Paulo II já lançou a campanha Jubileu 2000, que prega o perdão dos débitos externos de todos os países do 3° Mundo. No Brasil, o Tribunal da Dívida Externa somará esforços nesta campanha. Convocado pelo CESE, CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Cáritas, MST (Movimento dos Sem-terra) e outras entidades, o evento contará com um corpo de jurados, advogados de defesa e acusação e testemunhas, que darão seu depoimento e veredicto sobre a questão. Estão convidados a participar Raimundo Faoro, Evandro Lins e Silva, D. Paulo Evaristo Arns, Eduardo Galeano, James Petras, Celso Furtado, Maria Conceição Tavares, Adolfo Perez Esquivel, João Pedro Stédile, Luís Eduardo Greenhalg, Cristóvam Buarque, Chico César, Mano Brown dentre outros. O Tribunal será instalado durante três dias no Teatro João Caetano e contará ainda com uma programação cultural, mostrando que hoje, o problema da dívida afeta praticamente todas as esferas da vida nacional. Já está na Internet a página do Tribunal, no endereço www.jubileu2000.org.br

Gilberto Maringoni

Os nossos. *Com um certo atraso e com pesar, comunicamos o falecimento do companheiro Manoel Messias, em 15/11/98. Messias faleceu, vítima de falta de atendimento médico, no Hospital Estadual Getúlio Vargas, depois de ter sido atropelado em frente a Vulcan Materiais Plásticos.*

Messias foi diretor do Sindicato dos Químicos por duas gestões, dirigiu a greve na sua fábrica em 1990. Militou na Convergência Socialista e foi um dos fundadores do PSTU no Rio de Janeiro, levando as campanhas do partido para a sua categoria e na sua cidade, São João do Meriti.

Para todos os que o conheceram fica a imensa saudade.

Regional PSTU,
Rio de Janeiro

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 – Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo — SP

Fax: (011) 575-6093

E-mail: jornalopiniao@uol.com.br

Visite nossa home page:
pstu.home.ml.org

O QUE SE VIU

Galter Naves

Trabalhadores e estudantes queimam bandeira dos Estados Unidos diante da sede do Banco Central, em Belo Horizonte, no último dia 26. Neste dia, manifestações na capital mineira contra FHC, o FMI e em solidariedade a Itamar Franco, reuniram mais de 3 mil pessoas.

O QUE SE DISSE

"Preocupa-me gravemente a notícia veiculada em data recente pelos meios de comunicação de que o governo federal, motivado pela crise financeira, teria efetuado mais um corte em projetos sociais retirando R$ 6,5 milhões de programas de defesa dos direitos da criança e do adolescente."

Celso de Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal, sobre os novos cortes na área social anunciados por FHC. Até o Judiciário está percebendo que se depender da receita do FMI não vai sobrar muita coisa por aqui. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 2/3/99.

"O partido quer encontrar saídas constitucionais e democráticas, para evitar que as crises econômica, política e social se agravem."

José Dirceu, presidente do PT, justificando as resoluções aprovadas na reunião do Diretório Nacional deste partido. Tradução: caso não tenha mesmo jeito e o governo FHC for para o espaço (o que não é o objetivo do PT), vamos dar um jeito de salvar o regime, a institucionalidade burguesa. No *Jornal do Brasil*, em 1/3/99.

"Saí com a certeza de que não perdi tempo, mas para nós isso é pouco."

"A reunião foi muito boa e o resultado justifica a manutenção da idéia do fórum de governadores para discutir problemas comuns e minimamente recuperar a capacidade de investir dos Estados."

A primeira frase é do governador gaúcho, Olívio Dutra, a segunda é do governador sul-matogrossense, Zeca do PT. Ambos avaliam a reunião dos governadores com FHC realizada em 26 de fevereiro. Variações sobre o mesmo tema, ou seja, pagar a dívida e obter algumas migalhas ainda que sob a base da submissão e humilhação ao governo federal. No jornal *O Estado de S.Paulo*, em 27/2/99.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo-SP-CEP 04040-030. Impressão: Artgraf

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO
Mariucha Fontana, Fernando Silva

EDITORIAL

Março é mês de Luta

Januario T. da Silva

A inflação de fevereiro segundo a Fundação Getúlio Vargas chegou a 3,61%. A cesta básica bateu um record desde a vigência do Real (está na casa dos R$ 130). De acordo com o IBGE, o desemprego na Grande São Paulo chegou ao nível de 1983 (o período de 1981-1983 foi, até agora, o de maior recessão econômica do Brasil deste século). O governo FHC anuncia cortes atrás de cortes incluindo os mais elementares serviços sociais como o programa de cestas básicas e merenda escolar da Comunidade Solidária.

São os números cruéis da crise, que têm por trás o sofrimento e o desespero de milhões de pessoas e famílias de trabalhadores. São os primeiros números pós-explosão do Real e da opção do governo FHC de entregar a condução do país para um punhado de especuladores sob a batuta do FMI. Mas além dos números, do sofrimento e do desespero, há também a indignação da maioria da população com o atual estado de coisas (volta da inflação, desemprego, as enchentes que matam e evidenciam o total colapso dos serviços públicos).

O fato é que a crise econômica está se agravando numa velocidade até surpreendente e só não é mais grave a crise política graças ao inestimável papel da oposição (para o governo), especialmente os governadores (com a exceção de Itamar Franco) que não querem o enfrentamento com o governo FHC/FMI.

Todos às ruas

Mas este mês de março oferece a possibilidade de termos um novo fato neste cenário político: a realização das primeiras manifestações unificadas e talvez paralisações setoriais contra FHC. Este é o sentido da jornada de luta convocada pelo Fórum Nacional de Luta, que tem seu ponta pé inicial nos atos de 8 de março e poderá ter o seu ponto alto neste mês no dia 26, convocado como Dia Nacional de Luta com manifestações e paralisações.

Vale destacar que os estudantes universitários e secundaristas, além de terem referendado a participação na jornada de luta, aprovaram um calendário próprio que aponta para uma greve nacional dos estudantes de 24 horas, no dia 30 de abril.

É indispensável compreender a importância que terá para a evolução da atual conjuntura a entrada em cena dos trabalhadores, dos estudantes, dos sem-terra e do movimento popular. Preparar, convocar e realizar manifestações e paralisações expressivas é a tarefa número 1 daqueles que estão contra aceitar o ajuste FHC/FMI, especialmente dos setores da esquerda cutista que podem e devem dar o exemplo nesta jornada a partir dos locais e categorias onde estão a frente de sindicatos.

É hora de canalizar num amplo movimento de massas a tensão social e indignação que já está se expressando, como foi na resistência dos operários da Ford às demissões, na radicalização da mobilização dos cegonheiros do ABC, nas explosões de fúria popular que bloqueiam estradas e avenidas com barricadas a cada enchente na Grande São Paulo.

Enfim, é hora de botar o bloco na rua. É hora de começar a construir um movimento que possibilite a convocação de uma greve geral contra o ajuste FHC/FMI.

O **PSTU** estará com tudo nesta jornada de luta levantando suas bandeiras de **FORA FHC e o FMI, Moratória já!**

O **PSTU** estará se empenhando para construir junto com todos os setores combativos do movimento social um movimento com estas bandeiras, que reedite o que foi a luta pelo Fora Collor pois a necessidade mais urgente para os trabalhadores e pobres deste país é colocar para fora o governo FHC/FMI.

A mão estendida do PT

Um mês depois da explosão do Plano Real, da entrega da condução econômica do país para o FMI e dos primeiros sinais claros de que o humor da maioria da população mudou em relação ao governo FHC, o principal partido da esquerda brasileira fez a opção de estender a mão, no sentido de um verdadeiro pacto informal pela governabilidade de FHC. Os fatos são bastante significativos.

O primeiro deles foi o desastre da participação dos governadores do PT na reunião com FHC. Ao participar dela, os governadores deste partido legitimaram uma das mais importantes operações políticas do governo para se recompor diante do desgaste e da crise política; legitimaram a política do governo para a crise dos estados (pagar as dívidas e não o caminho da moratória) e, pior, legitimaram a lógica do ajuste fiscal do FMI. Ou seja, os governadores do PT aceitaram o caminho da submissão (em troca de migalhas, ou concessões no "varejo", como corretamente muitos analistas da grande imprensa estão escrevendo) para "enfrentar" a dramática crise dos estados.

A posterior reunião entre o presidente e o governador gaúcho Olívio Dutra foi bem mais categórica. Foram dados passos significativos para um acordo onde o governo petista vai pagar a dívida em dia, em troca do fim do bloqueio dos repasses, negociações de outras verbas (o tal varejo) e a promessa de FHC em "limpar" o nome do Rio Grande do Sul diante das instituições da agiotagem internacional.

Nesse sentido, a tentativa do PT em mostrar a reunião entre os governadores e o presidente como uma vitória da oposição é outro golpe de efeito, um ilusionismo do nível de mágicos de circo, com o objetivo de enganar sua própria base. A verdade é que os governadores do PT submeteram-se. Objetivamente, são parte da base de sustentação do governo FHC e, por tabela, do ajuste fiscal do FMI neste momento de grave crise.

Para coroar o quadro, a reunião do Diretório Nacional do PT referendou esta política e esta opção pela governabilidade ao rejeitar a moratória e qualquer proposta que discuta a saída imediata de FHC. A resolução do diretório não vai além de colocar o PT na articulação de "*alternativas democráticas e por dentro da Constituição à crise institucional que tende a se aprofundar.*"

Todos os trabalhadores, especialmente os milhões que votaram neste partido nas últimas eleições, todo o movimento social organizado, têm que exigir uma mudança de curso deste partido. Ou seja, exigir a ruptura com este verdadeiro pacto de governabilidade. Os governadores do PT, por exemplo, deveriam não só romper o pacto com FHC e decretar moratória, como também ajudar a colocar o povo na rua em mobilizações contra o governo. É esta postura que já está colocada para o PT e seus governadores nas manifestações contra FHC e o FMI em março.

Esquerda se reúne para debater o Fora FHC

No dia 14 de abril será realizado uma plenária no Sindicato dos Químicos de São Paulo a partir das 9 horas da manhã. Este evento é convocado por diversas correntes e lideranças da esquerda. Nós do ***PSTU*** *que fazemos parte deste processo consideramos esta iniciativa de fundamental importância para enfrentar esta nova conjuntura de crise após a explosão do Plano Real.*

Aberta à todos os militantes do movimento sindical, popular esta plenária tem o objetivo de reunir diversos setores da esquerda e dos movimentos sociais para discutir a crise e possíveis iniciativas comuns frente a ela. Farão parte da mesa de debates os companheiros: Renato Simões Deputado Estadual PT/SP; Zé Maria, membro da direção nacional do ***PSTU****; Aldo Rebelo Deputado Federal PCdoB/SP; Walter Pomar membro da Executiva. Nacional do PT; Luís Eduardo Greenhalgh, do Movimento Resistência; Padre Domingos Bragueto, da Pastoral Operária; Gilmar Mauro, membro da coordenação nacional do MST e José Albino, membro da direção nacional da Central dos Movimentos Populares.*

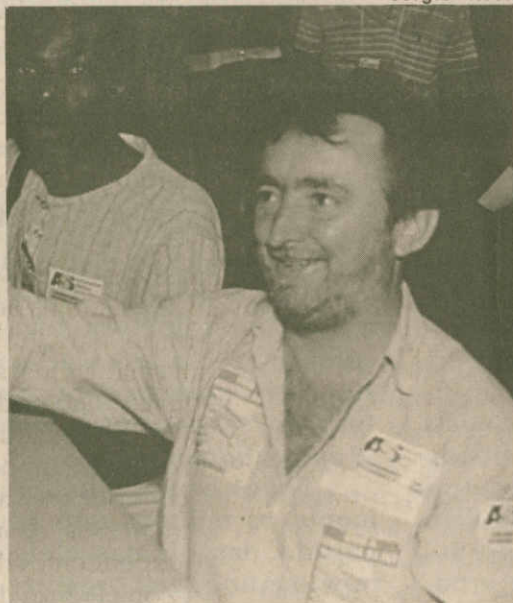
Para nos falar sobre o significado desta plenária do dia 14, o ***Opinião Socialista*** *entrevistou o companheiro Jorge Luis, o Jorginho, diretor do Sindicato dos sapateiros de Franca, da Executiva Nacional da CUT/Secretário de Política Sindical e da Coordenação Nacional da Alternativa Sindical Socialista (ASS). Jorginho é um dos principais articuladores deste evento.*

Sérgio Koei

Jorginho

Opinião Socialista — Qual sua avaliação da crise que vivemos hoje?

Jorginho — Esta crise não me surpreende. Desde o ano passado inúmeros economistas anunciavam que o país rumava para o caos. A completa submissão de FHC ao capital especulativo internacional foi deixando o nosso país num tal grau de fragilidade que setores de dentro do próprio governo começaram a defender publicamente mudanças na condução da política econômica. Outro aspecto importante foi FHC ter sido reeleito com apenas 1/3 do eleitorado deste país, o que já apontava uma grande fragilidade para o seu segundo mandato.

O que me surpreendeu foi a velocidade da crise econômica e seus desdobramentos políticos. A condução deste governo foi entregue diretamente ao FMI e aos especuladores internacionais que agora querem se apropriar da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. FHC já perdeu o pouco de legitimidade conquistada nas eleições. Está colocada a necessidade de um amplo movimento que acabe com qualquer ilusão de uma saída econômica ou política sob este governo. Isto nos impõem um debate de quais saídas e quais medidas devem ser aplicadas de imediato para o país continuar sobrevivendo com um mínimo de soberania. Entre elas defendo o não pagamento da dívida externa; moratória da dívida interna; aplicação imediata de um amplo programa de reforma agrária; diminuição da jornada de trabalho para 40hs. semanais sem redução dos salários; isenção de todos os impostos para os desempregados. E como necessidade número um o fim do governo FHC e a ruptura com o FMI.

O.S. — Qual a sua opinião sobre as posições políticas assumidas pela CUT e pelo Fórum Nacional de Luta frente a crise?

Jorginho — Infelizmente as posições aprovadas na última reunião da Executiva Nacional da CUT foram um grande equívoco. Limitaram-se a luta contra a política econômica e não avançaram na luta contra o governo FHC de conjunto. O Fórum Nacional de Luta aprovou um calendário que aponta para a retomada de grandes mobilizações. Este foi um passo importante para o enfrentamento à este governo. No entanto cometeu o mesmo equívoco da reunião da CUT, negando-se a desenvolver uma luta contra o governo FHC de conjunto, limitando-se a luta contra sua política econômica. O que está por traz destes equívocos é a esperança de construir uma saída negociada que não comprometa o calendário eleitoral.

Convocatória da plenaria da esquerda

O.S. — E quanto ao debate no interior do Fórum Nacional de Luta sobre o convite ou não de setores do empresariado para participar deste movimento?

Jorginho — Devemos discutir primeiro quais são as medidas que defendemos frente a crise, depois veremos quem são os possíveis aliados dispostos a implementá-las. Seria um equívoco gravíssimo permitir que setores do empresariado embarquem neste movimento para por dirigente sindical defendendo a diminuição dos impostos e garantir suas margens de lucro, comprometendo o que resta dos já precários serviços públicos de saúde, educação e previdência entre outros.

O.S. — Qual a importância da plenária do dia 14?

Jorginho — A plenária do dia 14 em São Paulo é uma primeira experiência. Nós queremos que ela se multiplique. Vai caber ao conjunto das correntes e organizações de esquerda (sindicais, populares e estudantis) encabeçar este movimento do FORA FHC e o FMI com um corte classista e um programa definido. Não temos o objetivo de criar movimentos paralelos à CUT ou ao Fórum Nacional de Luta. Temos sim a ambição de qualificar o debate no conjunto da esquerda e potencializar a ação da militância neste processo. Teremos mais uma vez a oportunidade de disputar um programa com bases socialistas junto à amplos setores das massas populares. A grande tarefa para este conjunto de militantes é buscar construir fóruns de debates políticos e de encaminhamentos concretos em comum para derrotar este governo neoliberal de FHC e sua política econômica.

> *"Temos sim a ambição de qualificar o debate no conjunto da esquerda"*

Crise dos estados serão recorrentes se não houver ruptura com modelo FHC/FMI

Projeto neoliberal arrebenta estados

Mariúcha Fontana e José Wallerstein, da redação

As últimas semanas foram atravessadas por uma crise entre FHC e os governadores estaduais.

A expressão mais evidente dessa crise foi e continua sendo a moratória decretada pelo governo de Minas Gerais, que só desnudou a realidade da maioria dos estados: estão todos completamente endividados e praticamente falidos.

A reunião dos governadores com FHC não resolve nenhum dos problemas de fundo. O projeto neoliberal levado adiante por FHC – em favorecimento dos banqueiros internacionais – e, agora, o ajuste exigido pelo FMI, levam à desagregação o chamado "pacto federativo". A relação do governo federal como agente direto do FMI e os estados será uma fonte inesgotável de crises políticas.

Nesta e nas próximas duas páginas buscaremos mostrar como a subordinação ao imperialismo da burguesia brasileira desde o seu nascimento e o desenvolvimento econômico desigual dos estados, sempre exigiu um pacto de poder, para garantir a unidade da federação e também a dominação imperialista. As sucessivas crises e divisões interburguesas – tensionadas pelas relações com o imperialismo – abrem também brechas para uma saída dos trabalhadores, uma saída operária e socialista contra FHC, o FMI e a burguesia.

Arquivo

HISTÓRIA

Origem dos conflitos regionais no Brasil

Guerras sob o império

A produção colonial foi, desde o início, dominada pela necessidade do mercado externo. A independência política do Brasil de Portugal em 1822 não implicou em uma independência econômica, ao contrário, só constatou e aprofundou a dependência do país em relação à Inglaterra.

Condicionado originalmente à posse da terra pela coroa de Portugal, o povoamento do Brasil ofereceu desde o início uma base precária e dispersiva à futura unidade nacional. Pós proclamação da independência – ainda sob o reinado – ocorreram guerras regenciais, as rebeliões em distintas províncias, reclamando autonomia regional. Estas foram sufocadas.

A República – e o consequente fim do império – foi uma imposição da burguesia de São Paulo, que implantou com ela a sua hegemonia na Federação. Os Republicanos (na constituinte de 1891) julgavam a forma federativa capaz de conciliar as tendências separatistas das antigas províncias com as necessidades de desenvolvimento capitalista numa unidade nacional harmônica.

Enfrentamentos na República Velha

Na Federação sob a República Velha os estados tinham uma grande autonomia política e financeira: não havia partidos nacionais, mas sim partidos estaduais — Partido Republicano Paulista, Partido Republicano Mineiro e assim por diante. Os estados tinham também suas Forças Públicas (antecessoras das Polícias Militares) com mais peso que o Exército Nacional.

São Paulo – numa aliança com Minas Gerais e depois também com o Rio Grande do Sul – tinha hegemonia sobre a Federação. Das onze eleições da República Velha, São Paulo e Minas Gerais fizeram nove dos candidatos a presidente vitoriosos.

As exportações de café deram a São Paulo a sua prosperidade (em 1907 a metade do café do mundo era cultivado neste estado). Em 1920, São Paulo já era também o primeiro em produção industrial, mas fortemente dependente e beneficiado por financiamentos externos. São Paulo queria o controle do poder central para manter o preço do café sempre valorizado (valorização sustentada pelo Tesouro) e ao mesmo tempo para desvalorizar permanentemente a moeda de modo a manter e ampliar seu espaço no mercado mundial.

Mas na regionalíssima República Velha nenhum estado isolado poderia dominar a Federação. Os três grandes dominavam, mas as forças secundárias como a Bahia, o Rio de Janeiro (que era a capital federal) e Pernambuco também representavam papéis importantes nessas coalizões temporárias.

Depois de 1901, conseguiu-se alguma "estabilidade" no tempo do presidente Campos Sales, cuja "política dos governadores" fortificou a autoridade presidencial em troca de liberdade de ação na esfera estadual concedida a governadores de estados importantes. Este sistema funcionou porque os interesses de Minas, a principal força política, e os de São Paulo, o gigante econômico, fundiram-se na aliança informal conhecida como "café-com-leite".

Com a crise mundial de 1929 e a preocupação da burguesia paulista de garantir a qualquer preço a renda do café, o sistema político da República Velha foi para o espaço com a chamada revolução de 30.

Minas Gerais se distanciou de São Paulo e uniu-se ao Rio Grande do Sul primeiro na eleição (na qual foram derrotados) e depois no movimento armado (ao qual se integrou a Paraíba) que meses depois derrubaria o presidente Washington Luis e instalaria um governo provisório, chefiado por Getúlio Vargas. A burguesia/oligarquia paulista voltou à carga em 1932 (chefiando uma rebelião militar) exigindo uma constituinte e foi derrotada novamente, ficando afastada do poder central por mais de 30 anos.

A partir daí houve um aumento da força do poder central frente aos estados — sobretudo a partir do Estado Novo (ditadura chefiada por Getúlio Vargas de 1937 a 1945). Após a queda de Vargas os estados voltaram a ganhar mais autonomia.

Nova centralização sob a ditadura

A ditadura militar, vai submeter ainda mais profundamente o país ao imperialismo e, para tanto, vai promover uma reforço enorme do poder central sobre os estados e, ao mesmo tempo, tentar acomodar os interesses regionais.

Sob a ditadura reforçou-se a centralização militar (com a subordinação das polícias militares ao comando do exército), e a político-econômica (a nomeação dos governadores e o controle das finanças estaduais pelo poder central). Ao mesmo tempo, para ter base de apoio nas regiões, o regime militar buscava aliados nas burguesias/oligarquias e acomodava seus interesses. Estas sustentaram a ditadura e todo processo de submissão do país ao imperialismo, mas tiveram compensações por esse apoio. Aliando poder político a interesses econômicos, elas ficaram fortemente dependentes de subsídios do estado: a Sudene, a Zona Franca de Manaus, são exemplos da redistribuição de verbas e subsídios a partir do poder federal.

Com o fim da ditadura, os estados voltaram a ganhar mais autonomia com a Constituição de 1988. Mas para assegurar o poder, manteve-se o pacto entre as classes dominantes. Os estados voltaram a eleger seus governadores, o Congresso passou a ter um peso proporcionalmente maior dos estados do Norte e Nordeste, os estados passaram a ter mais autonomia para aplicar suas finanças, embora o poder sobre a arrecadação se concentre na União.

Juros triplicaram dívidas dos estados

O pacto federativo sob o projeto neoliberal, particularmente sob FHC, foi sendo permanentemente bombardeado. Os subsídios e verbas que compensavam ou abafavam as diferenças econômicas regionais foram sendo cortadas, em benefício de uma centralização cada vez maior de recursos na União para garantir os compromissos financeiros das dívidas (dos governos federal, estaduais e municipais) com os credores externos e internos.

As altas taxas de juros que foram impostas para manter o real valorizado e atrair dólares, levaram a uma explosão das dívidas dos estados (e também dos municípios). O governo federal renegociou estas dívidas dos estados e diz que fez um "negócio de pai para filho" com os mesmos, já que cobra juros de 6% ou 7% sobre as mesmas.

Mas, a verdade, é que a "federalização" dessas dívidas e sua "renegociação" não tem nada de acordo de pai para filho. A renegociação de tais dívidas foi em favor dos banqueiros internacionais em toda a linha e na direção da asfixia completa dos estados. Primeiro, porque as dívidas dos estados triplicaram só em função dos juros (muito antes da renegociação em 7%). Por exemplo: entre 1994 e 1998 a dívida total de Minas Gerais passou de R$ 10,2 bi para R$ 20,8 bilhões e a dívida (em títulos) do Rio Grande do Sul pulou de R$ 3 bi para R$ 8 bi, sem que nenhum dos dois estados tenham emitido novos títulos (tomado novos empréstimos) nesse período. Ou seja, os juros (impagáveis) de mais de 20% ao ano foram incorporados ao principal.

Depois que as dívidas de todos os estados já tinham atingido — em função dos altos juros — os mais de R$ 100 bilhões de hoje, o governo foi à renegociação, cobrando privatizações e cortes de gastos, colocando cláusulas nos acordos que impedem a tomada de novos empréstimos, vinculando receitas do ICMS para pagamento das dívidas, exigindo corte nos salários e demissão de servidores, e comprometendo de 10 a 20% de todas as receitas dos estados com o pagamento religioso das dívidas.

◆ Dívida dos Estados com a União (em milhões de reais)

Estado	Total da dívida	Parcela a pagar em janeiro/99	Quanto refinanciou
AC	394	5,1	18,8
AL	1.217	11,1	665,1
AM	988	17,7	120,0
BA	4.330	42,0	2.485,2
CE	1.097	17,6	81,0
ES	673	22,3	359,3
GO	4.949	22,1	1.189,4
MA	2.301	14,4	250,4
MG	16.210	77,5	14.836,7
MS	1.924	10,1	813,4
MT	2.524	15,7	830,0
PA	734	25,4	274,4
PB	1.103	11,1	254,3
PE	2.296	24,3	1.339,3
PI	1.137	9,3	254,9
PR	888	50,0	481,5
RJ	2.169	0	929,5
RN	717	12,0	44,1
RO	770	9,3	713,3
RR	6	4,0	6,8
RS	8.350	54,1	8.082,6
SC	2.395	23,3	1.431,7
SE	641	9,1	310,6
SP	49.254	254,3	46.322,9
TO	90	6,7	0

Fonte: Banco Central

Um verdadeiro confisco dos recursos

O governo federal vem também retirando sistematicamente recursos dos estados e municípios para pagar os juros aos banqueiros, através de vários mecanismos: a) isenção de ICMS nas exportações (Lei Kandir), que retira receitas dos estados e municípios; b) Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que desvincula recursos do Orçamento da União que deveriam ser constitucionalmente transferidos para educação, saúde etc. Estima-se que os estados percam 20% das suas receitas com o FEF, uma vez que boa parte destas verbas deveriam ser repassadas para os estados e municípios.

Os estados asfixiados foram compelidos a privatizar. Para isso, o governo concedia créditos, que se somavam às dívidas. Por exemplo, em Minas Gerais, o governo anterior – estimulado pela equipe econômica — recebeu um empréstimo de R$ 3,4 bilhões para "sanear" o Bemge e o Crédito Real (bancos do estado) para depois privatizá-los por R$ 640 milhões.

A outra cara do esgarçamento do pacto federativo foi a "guerra fiscal" que se instalou entre os estados. No afã de atrair empresas estrangeiras, esta "guerra" levou os estados a conceder benefícios fiscais de toda ordem para grandes empresas. Ficaram famosas as isenções e subsídios da ordem de mais de R$ 3 bilhões concedidos pelo ex-governador do Rio Grande do Sul para atrair a GM e a Ford.

Sob a base do crescimento das desigualdades econômicas entre os estados e da rapinagem mais completa para garantir a remuneração dos banqueiros internacionais, chegou-se a uma brutal asfixia dos estados e municípios. Agora, sob o acordo com o FMI, o estrangulamento será muito maior.

Situação é de insolvência

A situação dos estados e também dos municípios é de tal grau de colapso que, levará a tremendas crises políticas, inclusive, com os chamados governadores da "situação".

O "ajuste" fiscal que o FMI exige – de modo a colocar toda a economia ao serviço do pagamento das dívidas – é de tal monta que nenhum estado vai conseguir funcionar, se quiser cumpri-lo. O prefeito de Recife, Roberto Magalhães (PFL de carteirinha) declarou em reunião do PFL: *"O único ajuste que resta ser feito é degolar os aposentados e matar os funcionários públicos. Quero que devolvam o que me tomaram: o Fundef, o FEF, as perdas da Lei Kandir. Quero que a União tire a mão do bolso de Recife."*

Não é por outro motivo também que ACM andou declarando-se contrário à ingerência do FMI em assuntos internos. ACM é completamente favorável no atacado ao acordo com o FMI e ao ajuste que o mesmo propõe. Mas não quer que sejam seus governadores ou as verbas da Bahia a pagarem por ele. Por isso andou propondo cortar esse dinheiro todo no Judiciário.

A verdade é que Itamar Franco só explicitou o que já é a realidade da maioria dos estados e municípios, que já estão falidos, praticamente em moratória técnica e sem dinheiro para fazer qualquer investimento.

Por esses dias, FHC andou dando o exemplo de Alagoas que deixou de pagar o funcionalismo por 11 meses, mas não deixou de cumprir com o acordo da dívida. Esqueceu-se de dizer que o funcionalismo – com a polícia militar à frente e com apoio da enorme maioria do povo – fizeram uma verdadeira rebelião e derrubaram o governador.

A situação de estados e municípios é caótica e o "ajuste" do FMI vai levar a um estrangulamento maior. E isso inevitavelmente levará a fissuras e crises interburguesas grandes. É só lembrar-se do próprio ACM (que controla 95% das prefeituras da Bahia), quando da crise do Banco Econômico ameaçou lançar o escândalo da pasta rosa contra o Banco Central e FHC, se a solução à "falência" do banco baiano não fosse àquela que ele e a burguesia regional desejavam.

Sergio Marques

Fernando Henrique com os governadores após reunião do dia 26 de fevereiro. Presidente saiu vitorioso pois não houve renegociação das dívidas dos estados e ainda impôs condições para liberação de recursos

FHC venceu "duelo" com governadores

A reunião realizada no último dia 26 entre FHC e 26 dos 27 governadores, foi uma vitória do governo, que ganhou tempo e fôlego em meio a crise. Ele foi em certa medida obrigado a sentar com os governadores e acenar para o diálogo e para a "disposição" de realizar algumas concessões no varejo, desde que as mesmas não ameacem o ajuste fiscal do FMI.

Apesar de dizer que não ia ressuscitar a "República Velha" — quando o presidente Campos Sales foi obrigado a montar um fórum de governadores para aplicar o seu "ajuste" na época para pagar as dívidas com a Inglaterra – FHC sabe que não é bem assim, até porque os governadores em regra mandam nas bancadas de seus estados.

Mas o fato é que, além de não ter sido resolvido nada de concreto na reunião, as "concessões" que o governo se comprometeu a estudar – ainda que venham a se concretizar — não só não resolvem os problemas dos estados como coloca-os na rota do ajuste do FMI e diante de uma situação mais grave logo adiante.

FHC prometeu "ajudar" os governadores que se comprometerem com o "ajuste" e com o cumprimento do acordo de renegociação das dívidas, portanto, com o pagamento das mesmas.

O presidente acenou também com um estudo para a compensação das perdas que os estados vêm tendo com Lei Kandir e com a ajuda na formação de fundos de previdência para o pagamento dos inativos dos estados. Tais fundos devem ser "capitalizados" com privatizações e, talvez, com o dinheiro que a União deve aos estados, que podem ser abatidos das dívidas dos mesmos. Para ver se e como são possível tais "concessões", o governo federal criou quatro comissões, que serão integradas por todos os governadores. Para tanto, além de pagar pontualmente as dívidas, os governadores devem demitir funcionários, privatizar estatais etc etc.

De "concreto" mesmo até agora são as comissões. Mas como se diz por aqui, quando não se quer ou não se pode resolver grandes coisas no Brasil, cria-se uma comissão.

Quem ganhou mesmo alguma coisa com a reunião foi FHC, que de quebra conseguiu enterrar a chamada Carta de Porto Alegre, assinada pelos governadores de oposição e deixar "isolado" o governador de Minas, Itamar Franco.

De outro lado, a presença dos governadores do PT na reunião com Fernando Henrique objetivamente os coloca hoje na condição de sustentáculo do governo, da governabilidade e como co-responsáveis na aplicação do "ajuste fiscal" do FMI.

◆ Dívida interna do governo
(em bilhões de reais)

	Valor
Governo Federal	230 bi (62 %)
Governos Estaduais	127 bi (33 %)
Municípios	19 bi (5 %)

Fonte: Banco Central

O que é isso companheiro

Alan Marques

Olívio Dutra com FHC no último dia 3

Julio Flores,
de Porto Alegre

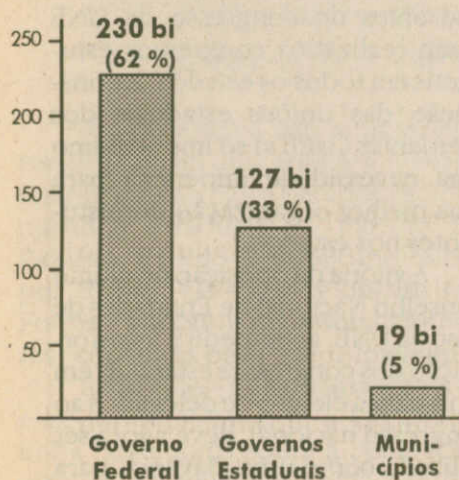
Na falta de melhor palavra, para manter as boas maneiras, só podemos caracterizar como ridícula, lamentável e vergonhosa a postura do governo gaúcho diante da reunião de Fernando Henrique com os governadores. Olívio esbravejou na reunião reclamando das retaliações, rejeitou com veemência a pecha de inadimplente, saiu com fama de casmurro, esperneou, mas... concordou com o pacto proposto pelo governo federal, que além de não aceitar sequer renegociar os termos das dívidas dos estados.

De outro lado, em reunião posterior com Fernando Henrique, ainda que não satisfeito com as promessas de levantamento da denúncia de inadimplência perante os órgãos internacionais, Olívio aceitou submeter-se a mais uma jornada de reuniões em que o governo federal vai verificar se concorda em retirar os bloqueios dos repasses futuros e os já realizados, obviamente em troca de novas e maiores concessões.

Em outras palavras, além de contribuir para o isolamento do povo de Minas Gerais e de Itamar Franco, que corretamente declarou moratória e não compareceu a reunião, o governo gaúcho ajudou a colocar pelo menos mais um dos pilares de sustentação do governo Fernando Henrique: um pacto com os governos estaduais em torno da manutenção das regras estabelecidas nos acordos das dívidas, que são, na verdade, instrumentos da submissão dos Estados ao Palácio do Planalto e uma das exigências centrais do acordo com o FMI.

É o próprio Olívio que admite este recuo, dizendo que, *"taticamente, hoje não é questão trabalhar diretamente a renegociação da dívida, mas trabalhar outros temas e pontos"*. Bela tática "oposicionista" essa, que, coincidentemente, é a mesma de Fernando Henrique que não quer nem saber de discutir a questão das dívidas dos Estados.

No final das contas quem pagará por essa capitulação serão os trabalhadores em geral, a juventude, ou seja, a maioria da população que, com certeza, não elegeu Olívio Dutra para vê-lo submeter-se à lógica do ajuste fiscal do FMI.

ESTUDANTES *Entidades farão campanha pelo Chega de FHC! Fora FMI! Moratória Já!*

UNE e UBES aprovam calendário de luta

Euclides de Agrela,
membro da Executiva Nacional da UNE e da direção nacional do PSTU

A reunião conjunta das diretorias da UNE e UBES, realizada no final de semana de 27 e 28 de fevereiro, na sede da Apeoesp em São Paulo, representou um importante passo na preparação da luta dos estudantes universitários e secundaristas contra o governo FHC, os planos neoliberais e a destruição do ensino público e gratuito.

A discussão sobre a situação nacional e movimento estudantil teve uma grande importância. Avaliou-se que o governo FHC e os planos neoliberais passam por uma profunda crise. Constatou-se que se abriu também uma grave crise política, com a queda de popularidade do governo onde pela primeira vez a população o identifica como o principal responsável pela crise econômica e social. Frente a este quadro, concluiu-se que estão dadas as condições para levantar uma grande campanha contra FHC e o FMI. A reunião definiu que as palavras de ordem centrais do movimento estudantil para esse início de ano letivo são as seguintes: *Chega de FHC! Fora FMI! Moratória Já!*

A partir destas palavras de ordem serão levantadas reivindicações específicas tais como: mais verbas para educação, vagas para todos, não pagamento de mensalidades nas universidades e escolas públicas, contra o aumento de mensalidades e perdão das dívidas dos alunos das faculdades e escolas particulares. A campanha será divulgada através de cartazes, adesivos, panfletos a serem confeccionados pela UNE e UBES.

Apesar da reunião não aprovar a proposta dos estudantes do **PSTU** – que propuseram a palavra de ordem Fora FHC! — a campanha aprovada é extremamente progressiva, na medida em que questiona, mesmo que timidamente, a governabilidade de FHC e defende a luta contra o pagamento da dívida externa e pela ruptura com o FMI.

Estudantes farão grande passeata no Rio, dia 17 de março

Outra proposta levantada pelos estudantes do **PSTU**, sendo esta aprovada por unanimidade pela diretoria da UNE, foi *Nenhum Pacto com FHC! Que os governadores da oposição decretem a moratória de suas dívidas com a União e convoquem o povo às ruas contra FHC.* Essa reivindicação possui uma importância particular, pois a UNE é a primeira entidade do movimento operário e popular a fazer uma clara exigência aos governadores que se elegeram sob a bandeira da oposição a FHC.

Além disso, a reunião aprovou um calendário de mobilizações do movimento estudantil que tem início no próximo dia 17 de março com uma grande passeata no Rio de Janeiro, onde será lançada a campanha pelo *Chega de FHC! Fora FMI! Moratória Já!* No dia 18 será a vez da passeata em Belo Horizonte e demais capitais do país, com exceção de São Paulo. No dia 26, Dia Nacional de Luta do Fórum Terra, Trabalho e Cidadania, será a vez dos estudantes de São Paulo irem às ruas. Foi aprovado também o dia 30 de abril como indicativo para uma greve nacional de 24 horas dos estudantes.

Arquivo

POLÊMICA

Tática à esquerda, saída pela direita

Apesar do avanço que significa o empenho da maioria da direção da UNE — a União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao PCdoB – em aprovar a luta contra o governo e o FMI como campanha central do movimento estudantil, a saída que os companheiros defendem como alternativa a FHC é um governo encabeçado por setores da burguesia nacional. Hoje, o principal expoente oposicionista desta saída é Itamar Franco.

Dessa forma, o PCdoB – apesar de questionar a governabilidade de FHC — segue com uma estratégia de conciliação de classes, que visa subordinar os trabalhadores ao primeiro burguês de "oposição" que lhe apareça pela frente. Mas o pior não é isso, o mais grave é que além de possuir cargos nos governos de Itamar Franco e Garotinho, o PCdoB participa de governos estaduais que apoiam FHC. Participam do governo de Marconi Pirillo, do PSDB, em Goiás; de Roseana Sarney, do PFL, no Maranhão e de Mão Santa, do PMDB, no Piauí, onde até o vice governador é do PCdoB.

Fazemos um chamado à UJS para que exija do PCdoB a ruptura com esses governos burgueses, se quiserem ser coerentes com a luta pelo fim ao governo FHC e contra os planos neoliberais. Pois, a negação da independência dos trabalhadores e estudantes frente a burguesia, seus partidos e governos, conspira contra nossa luta para por para fora daqui FHC e o FMI. (E.A.)

Universidade tem que ter Encontro Unificado

A reunião da diretoria da UNE resolveu marcar entre os dias 30 de junho e 4 de julho o 47º Congresso da UNE. Poderemos chegar ao congresso da UNE em meio a um grande movimento nacional pelo fim do governo FHC. Para isso, além do calendário de lutas estudantis votado na diretoria, é preciso garantir a realização de um Encontro Unificado da UNE com as associações nacionais dos docentes e servidores das universidades (Andes e Fasubra), além da realização de congressos estaduais dos estudantes.

As lições deixadas pela greve das universidades federais do ano passado, impõem aos estudantes, professores e funcionários das universidades públicas a definição de uma pauta comum de reivindicações e o planejamento de um calendário conjunto, para preparar a luta da comunidade universitária contra o governo no segundo round da reforma do ensino superior.

A diretoria da UNE e o congresso da Andes já aprovaram a convocação deste fórum para o final de março ou início de abril. Desde já é preciso convocar na base das universidades todos as entidades de estudantes, professores e servidores a se engajarem na construção do Encontro Unificado e exigir das direções da UNE e ANDES que garantam de fato, junto com a Fasubra, a sua realização.

Por outro lado, é fundamental que antes do congresso da UNE sejam realizados congressos estudantis em todos os estados. A construção das uniões estaduais dos estudantes (UEE's) se impõe como uma necessidade imperiosa para uma melhor organização dos estudantes nos estados.

A vitória da oposição no último Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE, ao impedir a transformação dos congressos estaduais em funis para a eleição de delegados ao congresso nacional, deve agora ser utilizada como uma alavanca para construir grandes congressos estaduais dos estudantes. **(E.A.)**

Metalúrgico da GM quer Encontro das Montadoras

Américo Gomes,
de São Paulo

A última assembléia dos metalúrgicos da General Motors de São José do Campo, realizada na última semana de fevereiro, aprovou a proposta de realizar um Encontro Nacional das Montadoras, que decida por um plano de mobilização pela garantia do salário e do emprego.

Esta proposta vem num momento importante onde, os metalúrgicos deste setor, a nível nacional, estão ameaçados pela política do governo e dos donos das multinacionais que se resumem a demissão do pessoal supostamente excedente, diminuição de salários, flexibilização e aumento da jornada de trabalho e o infame Plano de Gestão da Crise.

Vale destacar que os trabalhadores das Montadoras têm dado um excepcional exemplo de resistência a estes ataques: a mobilização e a resistência de mais de 30 dias dos metalúrgicos da Ford obrigaram a patronal a recuar do projeto de demitir 2.800 companheiros de uma só tacada. Os trabalhadores da General Motors de São José dos Campos, obtiveram uma vitória parcial ao garantir o emprego dos quase 800 operários que estavam de licença remunerada e sob ameaça de demissão.

Ataques das multis vão continuar

Mas seria um erro fatal imaginarmos que os ataques param por aí. Assim também como é um erro fomentar ilusões de que a diminuição do IPI, ou um improvável congelamento do preço dos automóveis poderão elevar a produção nacional aos dois milhões de veículos produzidos em 1997.

O Brasil já está em recessão, o Plano Real explodiu e a política acertada entre FHC/FMI não vai na direção sequer de estancar o processo recessivo em curso. Pelo contrário, vai na direção do seu aprofundamento.

A luta dos metalúrgicos das Montadoras e dos demais setores nunca poderá ser uma luta atomizada ou parcial, qualquer dirigente sindical que quiser apontar este caminho estará cometendo um grave erro. A única saída é a unificação do setor com um plano de lutas comum que se enfrente com o governo e sua política econômica. Realizar, portanto, um Encontro dos Metalúrgicos das Montadoras seria um passo importante nesta direção.

Januario F. da Silva

Asembléia dos metalúrgicos da Ford em 1/2/99

Veja como esta a situação nas montadoras

◆ ***General Motors.*** Na unidade de São José dos Campos, com 8.500 trabalhadores, a direção da empresa recuou das demissões, após o desenvolvimento de um plano de lutas que envolveu contatos parlamentares, mobilizações de rua (com os afastados) e paralisações dentro da fábrica. Os trabalhadores começaram agora uma mobilização interna pela conquista da última parcela do PLR de R$ 250. A empresa mantém um PDV aberto para toda empresa.
Na unidade de São Caetano, com cerca de 8 mil trabalhadores e dirigida pela Força Sindical, foram afastados 750 por "demissão temporária", com 80% do salário. A empresa afirma ter um "excedente" de mais de 1.000 operários.

◆ ***Ford.*** Em São Bernado, após a trégua dada pelo sindicato e a aplicação do Plano de Demissões Voluntária (PDV), a empresa afirma que tem ainda 1.600 trabalhadores "excedentes", sua proposta é de afastamento temporário com 100% do salário. A empresa espera uma proposta do sindicato. A licença remunerada foi postergada. Na unidade de Taubaté por volta de 550 funcionários continuam afastados. Na unidade do Ipiranga, em São Paulo, mais de 500 funcionários estão afastados com 75% do salário.

◆ ***Mercedes.*** Os trabalhadores em uma assembléia conturbada na porta da fábrica, em São Bernardo do Campo, recusaram a proposta da empresa e do sindicato, de Plano de Gerenciamento da Crise. O plano consistia em que depois das 200 horas do banco de horas, os empregados poderiam ficar um mês afastados, mas ficariam devendo por volta de R$ 1 mil para a empresa que seriam pagos com até 60% do PLR, do adicional de férias e do 13° salário.

◆ ***Scania.*** A empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC estão fechando uma proposta a ser levada à assembléia que pode chegar a um banco de horas de 400 horas e com uma flexibilização de jornada de 38 a 48 horas.

◆ ***Fiat.*** Em Betim, Minas Gerais, a diretoria do Sindicato – dirigido pela Corrente Sindical Classista — votou uma nota de apoio a atitude do governador Itamar Franco de não rebaixar o ICMS do estado em favor das Montadoras. No ano de 1998 foram demitidos 10 mil trabalhadores sendo que 4,4 mil durante a vigência da redução do IPI.

Liberdade para Abdullah Ocalan!

Abdullah Ocalan, líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e dirigente de milhões de curdos que lutam na Turquia pelo direito de autodeterminação, foi preso em Nairóbi (capital do Quênia) pelos agentes do serviço secreto turco e com o apoio dos Estados Unidos e de Israel. Tudo indica que o governo grego também facilitou a "operação" de captura, já que Ocalan estava na embaixada grega.

A prisão gerou protestos massivos dos curdos em toda a Europa e na Turquia. Em várias cidades européias, milhares de curdos lançaram um processo de lutas contra a detenção de Ocalan, que é um símbolo da luta pela independência nacional contra o imperialismo e contra o Estado opressor turco.

Hipocrisia imperialista

Também na Turquia, os curdos, junto com as organizações democráticas e políticas turcas que apóiam a causa curda, estão se manifestando contra o sequestro de Ocalan e a nova onda de repressão do governo turco.

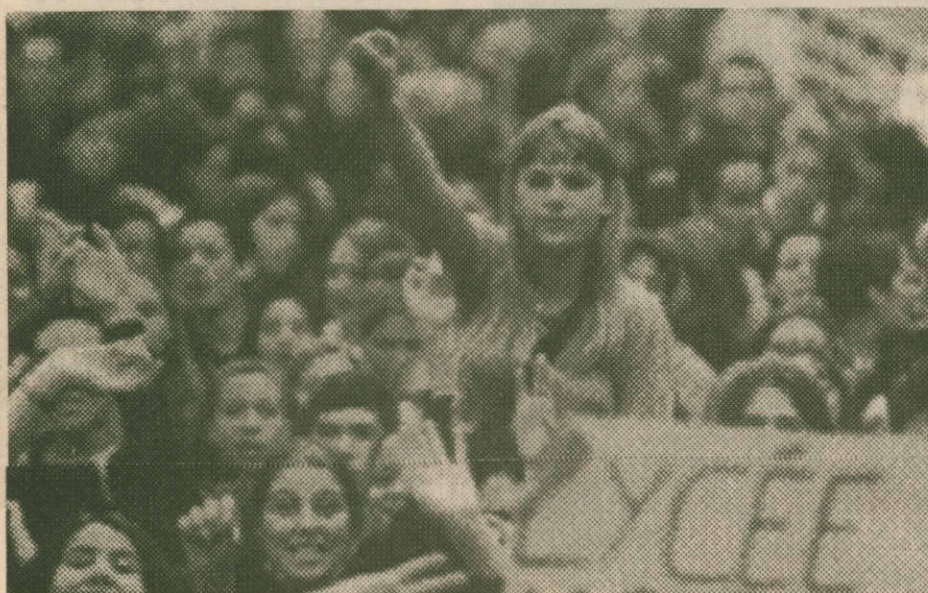
Esta situação mostrou claramente como é hipócrita o apoio dos países europeus à causa curda. Apesar de criticarem a política da Turquia em relação ao povo curdo, nenhum deles concedeu o direito de asilo a Ocalan. O único propósito dos governos europeus era acalmar os milhares de operários curdos que trabalham para o capitalismo europeu e a comunidade de refugiados.

Campanha internacional

A campanha da mídia capitalista tenta apresentar Ocalan como um terrorista, digno de ser condenado a morte como pretende o governo turco. É uma infâmia contra um povo espoliado, com cerca de 25 milhões de pessoas sem uma nação, espalhadas entre Turquia, Síria, Iraque e Irã (sujeitos nestes países a todo tipo de opressão e humilhação) ou servindo de mão-de-obra barata na europa ocidental.

Embora não sejamos partidários dos métodos do PKK – um partido burocrático, com uma clara orientação stalinista – o momento exige a mais ampla, efetiva e urgente campanha internacional pela libertação de Ocalan. Sua vida e a luta do povo curdo estão ameaçados pelo sanguinário governo turco. O PSTU também defende o legítimo direito de auto-determinação nacional do povo curdo!

Organização das mulheres contra exploração capitalista começou no século 19

♀ História do 8 de março é uma história de lutas

Cecília Toledo,
da redação

Apesar de o governo, a televisão, a publicidade insistirem em transformar o Dia da Mulher num dia de festa, nós não temos nada a comemorar. Pelo contrário. No dia 8 de março de 1857 ocorreu um massacre em Nova York. As operárias têxteis dessa cidade norte-americana haviam saído às ruas em passeata para protestar contra os maus-tratos e as péssimas condições de trabalho. Na volta, quando estavam reunidas no interior da fábrica, foram surpreendidas por um ato criminoso dos patrões, que deram a ordem de incendiar o local. O resultado foi a morte de 129 trabalhadoras, cujos corpos ficaram carbonizados, junto com pedaços de pano na cor roxa, que estavam tingindo na hora do incêndio, e que ficou definida como o símbolo da luta contra a opressão e exploração da mulher.

Era o início da industrialização, quando a burguesia começou a implantar a maquinaria e a concentrar trabalhadores em grande número nas fábricas. Para tirar o máximo de lucro, os patrões punham para trabalhar não apenas os homens, mas as famílias inteiras, mulheres e crianças pequenas. Era uma exploração brutal; as mulheres trabalhavam 16 horas por dia, deixando seus filhos pequenos sozinhos em casa, em troca de salários ínfimos, que correspondiam à metade do que era pago aos homens. Mas, apesar disso, na fábrica a mulher encontrou sua classe, passou a fazer parte da classe trabalhadora mundial e teve a chance de integrar as suas forças na luta contra o capitalismo.

O dia 8 de março comoveu a classe trabalhadora de toda a Europa. E na Conferência das Mulheres Socialistas realizada em Copenhagem, em 1910, pela 2ª Internacional, o dia 8 de Março foi escolhido como Dia Internacional da Mulher, por proposta de Clara Zetkin, militante socialista alemã, em homenagem às 129 mártires de Nova York.

No Brasil, as mulheres brasileiras, com altos e baixos, não têm parado de lutar. No inicio de século, sobretudo as tecelãs e costureiras, participaram de centenas de greves contra maus-tratos e baixos salários, apoiaram as greves dos ferroviários, e tiveram papel destacado na grande greve geral de 1917. Em 1906 havia ocorrido o 1º Congresso Operário Brasileiro e uma das reivindicações era a regulamentação do trabalho feminino.

Não são poucos os exemplos de participação da mulher em lutas de classe no Brasil. Em 1949 participam ativamente da greve dos ferroviários da Rede Mineira, em Cruzeiro (MG), provocada pelo atraso de pagamento. As mulheres ocuparam o telégrafo da Rede; inutilizaram as fitas do aparelho telegráfico; deitaram com as crianças nos trilhos das linhas impedindo a passagem dos trens.

A partir de 1955 tem início um processo de organização das mulheres, com a realização, no Rio de Janeiro, da Primeira Conferência de Mulheres Têxteis. Seguem-se uma série de conferências sindicais até o golpe militar de 1964. Mas nos anos 70 esse processo dá um salto com a criação do Movimento Feminino pela Anistia em 1975 e com inúmeros congressos sindicais e encontros de mulheres a partir de 1978.

Nos anos 80 esse processo continua de forma ininterrupta, com a realização de mais de 50 encontros e congressos de mulheres das mais diversas categorias, além das mulheres do campo. Esse processo resultou na criação de um grande número de secretarias de mulheres nos sindicatos, sobretudo naqueles filiados à CUT, e colocou na ordem do dia um programa de reivindicações da mulher trabalhadora que até hoje serve de guia para as nossas lutas e que deve fazer parte de todo o programa da classe trabalhadora.

De Liverpool, para o ABC

As mulheres dos portuários da cidade inglesa de Liverpool, que no ano passado participaram ativamente da greve de seus companheiros contra as demissões, enviaram uma carta de solidariedade às mulheres dos metalúrgicos ameaçados de demissão da Ford, do ABC. A carta diz o seguinte:

"Nós lhes enviamos nossas mais calorosas saudações e solidariedade. Nós sabemos muito bem que só a luta pode reverter o desemprego. Sabemos da crise que se abate sobre os operários da Ford, mas a luta tem de continuar. Por experiência própria, nós sabemos que a participação da mulher no apoio à luta dos trabalhadores é muito importante. As mulheres têm a estabilidade para manter suas famílias juntas e suportar a crise. As mulheres dos trabalhadores da Ford e todas as mulheres devem apoiar seus maridos na luta pelo emprego e uma vida decente. Nos colocamos à sua disposição para qualquer auxílio.

Nossa solidariedade"

Irene Campbell
(secretária da entidade Women of the Waterfront)

Evelson de Freitas

Pela legalização do aborto!

Neste 8 de março, junto com lutar contra o desemprego e a fome, nós, mulheres, temos de continuar lutando por creches e pela defesa do salário-maternidade, que o governo quer destruir. Entre essas bandeiras, uma das mais urgentes é a da legalização do aborto.

A reforma do Código Penal está em andamento, e a questão do aborto é uma das mais polêmicas. A presença do aborto no Código Penal por si só já demonstra a maneira como a justiça burguesa o concebe: como um crime. Algo que deveria dizer respeito apenas e tão somente à mulher, a sociedade burguesa transforma em motivo para condená-la como assassina e pô-la na cadeia.

Cerca de 200 mil mulheres pobres morrem a cada ano por abortos mal-feitos no Brasil. E o governo não faz nada, para não atingir o lobby das clínicas clandestinas, que movimentam milhões de dólares, mais até que o jogo do bicho.

A exigência de legalização do aborto, que ele deixe de pertencer ao Código Penal, é uma bandeira histórica da mulher trabalhadora. Com a legalização, o aborto poderá ser feito nos hospitais públicos, com todos os cuidados médicos. É a única maneira de salvar a vida de milhares de mulheres que não podem pagar uma clínica particular. Ao mesmo tempo, o governo precisa fazer uma ampla campanha de orientação sobre o uso de anticoncepcionais, para que a mulher não precise recorrer ao aborto quando não quiser engravidar. *(C.T.)*

Fórum mostra crise do neoliberalismo

Marcelo Barba,
da redação

O Fórum Econômico Mundial realizado anualmente na cidade suíça de Davos, até o ano passado, era celebrado como a festa neoliberal. Dominado por um consenso brutal, nada de novo vinha deste fórum. Pelo menos até este ano.

Além de acontecer no meio da crise brasileira que explodiu o Plano Real, o Fórum também teve que lidar com as crises asiática e russa, que ainda estão longe de acabar. Mas, o central da semana de debates foi o futuro do neoliberalismo.

Parece impressionante a mudança abrupta de discurso que ocorreu nesta pequena cidade cheia de neve nos Alpes suíços. De um otimismo atroz baseado nas fictícias conquistas das economias mundiais para um questionamento até mesmo do modelo neoliberal. Mas este é o resultado da crise que está varrendo o mundo. Também é resultado do medo crescente da burguesia mundial frente a uma retomada das lutas dos trabalhadores que está se iniciando.

Baseadas em realidades diferentes, duas visões surgiram dentro do Fórum. A chamada "terceira via", formada pelos dirigentes social-democratas europeus, e os países ditos emergentes, assolados pela recessão, juntos com o Japão, estão questionando algumas das diretrizes econômicas mundiais. Entre os principais ataques deste grupo, as facilidades dos movimentos de capitais, encontra-se em primeiro lugar. Diversos ministros e secretários econômicos afirmaram que era necessário um maior controle dos capitais voláteis que, hoje, entram e saem dos países de forma livre.

Estes mesmos países defenderam uma política de maior intervenção do Estado na economia com o objetivo de retomar o crescimento. O assessor do ministro das Finanças alemão, Heiner Flassbeck, resumiu em poucas palavras a postura de seu governo: "*Se políticas ativas de crescimento tivessem sido adotadas durante a crise de meados dos anos oitenta, a Alemanha teria evitado a perda de um milhão de postos de trabalho*".

Esta postura contradiz o receituário neoliberal defendido com unhas e dentes pelos Estados Unidos, que consegue ser hoje um dos poucos países que ainda estão imunes à crise e que manteve uma taxa de crescimento nos últimos seis anos. O vice-presidente norte-americano Al Gore e o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin, atacaram violentamente qualquer intervenção no movimento de capitais e moedas. Segundo Rubin, "*o sistema de câmbio livre é o pior sistema, exceto se compararmos com todos os outros*".

Os ataques mais duros dos norte-americanos foram contra o Japão, segunda economia mundial, exigindo uma participação mais ativa deste país na solução da crise atual. Segundo Rubin, o Japão precisa ter uma política de estímulo da demanda interna e redução das barreiras para o comércio. Exatamente o contrário do que está sendo feito.

O Fórum de Davos simplesmente colocou à mostra estas divisões do imperialismo, reflexo da crise da economia capitalista, que leva a um questionamento do projeto neoliberal e até de instituições sagradas para o Capital, como é o caso do FMI, que vem sendo criticado por governos, capitalistas e economistas burgueses.

Jacques Langevin

Wladimir Souza

Desempregados na China (são 100 milhões), sem teto no Brasil e aposentados vendendo alimentos nas ruas de Moscou: retratos de uma crise sem "solução" para os trabalhadores

Arquivo

Sem soluções

Um dos exemplos mais evidentes da falta de um projeto claro da burguesia mundial para sua crise (alternativo ao neoliberalismo) foram as "soluções" que saíram do encontro.

Os representantes da continuidade do neoliberalismo afirmaram dentro do encontro que o importante era que os países em desenvolvimento aderissem à políticas econômicas fortes e concretas. Por outro lado, os representantes europeus e asiáticos falavam em políticas ativas de crescimento.

Na verdade, poucas respostas. Os Estados Unidos, beneficiados por sua moeda forte, aposta numa depressão nos países periféricos como forma de retomar o crescimento econômico mundial e evitar que a crise chegue em seu país.

Já os governos europeus e japonês apostam na transformação do FMI em um banco central do mundo e que, entre suas funções, esteja a de regulamentar o fluxo de capitais especulativos. Alguns destes setores também defendem uma espécie de banda cambial (como a usada infrutiferamente no Brasil) entre as três principais moedas do mundo (dólar, euro e iene) para evitar flutuações muito violentas de câmbio. Mas, isso também é cheio de controvérsias porque o Japão está apostando num iene desvalorizado para se recompor. (M.B.)

Herói sem poderes

Uma das estrelas do Fórum foi o primeiro-ministro da Malásia, Mahathir Mohamad. Ele conseguiu tornar-se famoso mundialmente ao ter a coragem de falar o que todo mundo sabe: os especuladores internacionais são os responsáveis pelas crises nos países ex-emergentes.

Durante a crise em seu país no final de 1997, Mohamad acusou diretamente o mega-especulador, George Soros (patrão do presidente do BC brasileiro, Armínio Fraga) de ter destruído a economia malaia. A partir daí, as medidas do primeiro-ministro também foram, num sentido, menos ortodoxas e contra as receitas do FMI.

A medida central é a que exige a permanência por pelo menos um ano dos capitais investidos no país, evitando uma debandada como aconteceu na Tailândia, Indonésia, Coréia do Sul e Brasil. Por esse motivo, transformou-se no herói dos "reformadores" que estiveram no Fórum.

Mas, apesar desta postura, o primeiro-ministro não questiona o sistema mundial. Como todos, apenas exige uma maior regulamentação dos especuladores. A pressão é tão grande que Mohamad até concorda em relaxar um pouco a situação e permitir a repatriação de capitais com o pagamento de uma taxa. Se esta é a solução para a crise, podemos esperar tempos difíceis no futuro. Até porque, por trás deste debate não há nenhuma preocupação com o aumento do desemprego ou com as condições de vida da classe trabalhadora. A maioria dos representantes da burguesia sabe que somente um ataque profundo às conquistas e ao nível de vida da população em geral é que poderá salvar seus lucros. **(M.B.)**

Basta de opressão e exploração!

José Luis da Conceição

Mulheres deram exemplo de luta na mobilização da Ford

Cecília Toledo,
de São Paulo

A situação da mulher é um dos melhores indicadores do grau de destruição a que burguesia levou o país. Trinta anos depois dos grandes movimentos que comoveram o mundo exigindo os direitos da mulher, muito pouco se tem a comemorar neste Dia Internacional da Mulher. Na enxurrada da crise foram por água abaixo os poucos direitos que a mulher havia conquistado a duras penas nesses anos. Desemprego em massa, salários de fome, uma vida insuportável. Esta é a herança da política neoliberal de FHC-FMI.

Este 8 de Março não será como os anteriores. Não é o momento de preservar as tradições e fazer atos tímidos, restritos às mulheres. A política econômica do governo joga milhares no desemprego e na fome e começa a despertar a indignação da classe trabalhadora. E o Dia da Mulher foi o escolhido para unir todos os trabalhadores e darmos uma demonstração da força de nossa classe. E nós, mulheres, nos orgulhamos muito disso.

No mercado de trabalho, somos 40% da mão-de-obra. Com a terceirização, a mulher ocupou o cinturão de pequenos negócios que se criou ao redor das empresas-matriz, como um enorme contingente de mão-de-obra não-qualificada. São trabalhadoras precárias, por tempo parcial ou temporárias, sem proteção da legislação trabalhista, sem repouso remunerado, férias, auxílio saúde e qualquer garantia de estabilidade no emprego. A mulher negra vive uma situação ainda pior, mantida na escravidão moderna.

Em casa, ela sente na violência dos espancamentos, ou no desemprego do marido, a precariedade da vida. De madrugada ela vai para a fila chorar por uma vaga na escola para o filho; na feira, rebola pra fazer o salário render. Não tem acesso a médico, a anticoncepcionais, e quando engravida, muitas são obrigadas a abandonar o bebê no hospital ou fazer aborto por não poder sustentar mais uma boca. Esse é o resultado trágico de quase 200 mil mortes por ano por abortos mal-feitos.

Esse quadro macabro é o único que o capitalismo e a sociedade burguesa tem a oferecer à mulher desde que as 129 mártires de Nova York morreram carbonizadas. As frases pomposas que enaltecem o "amor de mãe", "a força da mulher brasileira": não passam de mentiras hipócritas para esconder a verdade dos fatos: sob o capitalismo jamais a mulher encontrará sua emancipação.

O único caminho que resta à mulher é lutar para transformar esta sociedade. É o que acabam de demonstrar as mulheres dos operários da Ford do ABC, e tantas outras mulheres que vêm lutando por sua dignidade, sua emancipação e pelo socialismo no mundo inteiro.

Aqui você encontra o PSTU

Sede nacional: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - tel (011) 575-6093
Alagoinhas (BA): Rua Anézio Cardoso - Ed Azi sala 105
Aracajú (SE): Av. Pedro Calazans, 491 sala 105
Belém (PA): Serzedeio Corréa, 82 - Batista Campos
Belo Horizonte (MG): Rua Carijós, 121, sala 201 - tel (031) 213-3316
Av. Afonso Vaz de Melo, 249 - Barreiro - E-mail: pstumg@net.em.com.br
Brasília (DF): SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - tel (061) 225-7373
Diadema (SP): Praça dos Cristais, 6 sala 3 - Centro
Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - Centro
Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 - Centro - tel (085) 221-3972
Goiânia (GO): (062) 225-6291
Macapá (AP): Av. Presidente Vargas, 2652 - Bairro Sta. Rita
Maceió (AL): Rua Minas Gerais, 197/2 - Poço
Manaus (AM): Rua Emílio Moreira 821 - Altos Centro - tel (092) 234-7093
Natal (RN): Av. Rio Branco 815 Centro
Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45 - Centro
Ouro Preto (MG): Rua São José, 121 Ed. Andalécio sala 304 - Centro
Passo Fundo (RS): Rua Teixeira Soares, 2063
Porto Alegre (RS): Rua Salgado Filho, 122 - Cjto. 51 - Centro
Recife (PE): Rua Leão Coroado, 20 - 1° andar - B. da Boa Vista
Ribeirão Preto (SP): tel (016) 637-7242
Rio de Janeiro (RJ): Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - tel (021) 293-9689
São Bernardo do Campo (SP): Rua Marechal Deodoro, 2261
São José dos Campos (SP): Rua Mario Galvão, 189 - Centro - tel (012) 341-2845
São Leopoldo (RS): Rua São Caetano, 53
São Luís (MA): tel (098) 246-3071
São Paulo (SP): Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - tel (011) 572-5416
Teresina (PI): Rua Olavo Bilac, 1709 - Centro-sul - tel (086) 221-0441

O endereço da nossa home page é:
pstu.home.ml.org
Nosso E-Mail é:
pstu@uol.com.br

PSTU
Jornal Quinzenal
Endereço:
Rua Loefgreen, 909
Vila Clementino - São Paulo
04040-030

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92